



Imagem: Joselany Francisco, 2025

Autor: António Lopes Nicolau
Email: alonicolau@yahoo.com.br

Julho 2025
(Artigo nº 005/2025)

Luanda – Angola



ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	3
I. Introdução	3
1.1 Contextualização	3
1.2 Justificativa do título e relevância do debate	4
1.3 Objectivos	4
1.4 Metodologia e enquadramento teórico	4
II. Terrorismo Intelectual e Académico	5
2.1 Origens e Definição	5
2.1.1 Terrorismo intelectual	5
2.1.2 Terrorismo académico	5
2.2 Dominação simbólica e epistemológica	6
2.3 Linha tênue entre influência e imposição	6
III. Expatriados no Ambiente Académico em Angola	7
3.1 Presença histórica e contemporânea	7
3.2 Sectores e domínios de maior influência	7
3.3 Casos práticos e percepções dos académicos locais	8
IV. Impactos no Desenvolvimento Intelectual Nacional	8
4.1 Autonomia vs. dependência na produção do saber	8
4.2 Formação académica e liderança intelectual	9
4.3 Silenciamento do pensamento local	9
V. Resistência e Revalorização do Saber Local	10
5.1 Iniciativas e movimentos académicos angolanos	10
5.2 Universidades e centros de investigação	10
5.3 Cooperação internacional baseada na equidade	11
VI. Discussão Crítica: <i>Expatriados como Ameaça ou Oportunidade?</i>	11
6.1 Ambivalência da influência externa	11
6.2 Desafios éticos e institucionais	12
6.3 Caminhos para uma colaboração justa	12
VII. Conclusão	13
7.1 Síntese dos principais assuntos abordados	13
7.2 Recomendações para o ambiente académico angolano	13
7.3 Considerações finais	14
VIII. Referências Bibliográficas	15
IX. Short CV do Autor	17

NOTA PRÉVIA

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de influência intelectual e académica em Angola, com especial atenção ao papel desempenhado por **expatriados** no seio das instituições de ensino, investigação e produção do saber. O uso da expressão “**terrorismo intelectual e académico**” não pretende ser sensacionalista, mas sim provocar um debate profundo/alargado e urgente sobre os mecanismos, subtis ou explícitos, que condicionam a autonomia epistemológica e o florescimento do pensamento crítico nacional (local).

Neste contexto, também, é essencial definir previamente os termos *expatriado* e *quadro nacional* para uma análise abrangente do tema em apreço.

Expatriado é um *profissional* (estrangeiro) que exerce a sua actividade fora do seu país de origem, geralmente contratado por empresas multinacionais ou organizações estrangeiras para desempenhar funções específicas em países com economias emergentes ou em desenvolvimento. Esses profissionais são frequentemente valorizados por suas competências técnicas avançadas ou conhecimentos especializados que, por vezes, não se encontram disponíveis localmente.

Quadro nacional (ou local), por outro lado, refere-se ao *profissional angolano* que actua no mercado de trabalho interno (nacional), detendo formação e experiência local. Estes trabalhadores constituem a força de trabalho nativa e são cruciais para o desenvolvimento sustentável e a independência económica do país (Nicolau, 2024).

Assim, partindo de uma análise interseccional entre **história**, **poder** e **conhecimento**, este trabalho visa contribuir para a construção de um ambiente académico mais soberano, inclusivo e plural, onde o saber local seja valorizado e as parcerias internacionais ocorram num plano de respeito mútuo e equidade.

Este **não é um texto de rejeição ao estrangeiro** (expatriado), mas sim um **convite à reflexão** sobre a importância da autodeterminação intelectual dos povos e do reconhecimento do valor dos saberes produzidos no Sul Global — **especialmente em contextos como o angolano**, ainda marcado por profundas heranças coloniais e dependências epistémicas.

I. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A construção de sistemas académicos robustos e intelectualmente soberanos constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação. No contexto angolano, o campo académico encontra-se em permanente processo de reconstrução e consolidação, após décadas marcadas por conflitos armados, fragilidade institucional e dependência externa. Neste cenário, a presença de actores expatriados — muitos oriundos de organizações internacionais, universidades estrangeiras e organismos multilaterais — tem sido significativa na definição das agendas de investigação, currículos, e até na ocupação de cargos de decisão no ensino superior.

Embora a cooperação internacional seja um instrumento vital para o reforço das capacidades locais, ela levanta igualmente desafios críticos, particularmente quando se observa uma assimetria de poder no que toca à produção, validação e disseminação do conhecimento. Este fenómeno tem sido conceptualizado por diversos autores como parte

de um processo mais amplo de “**colonialidade do saber**” (Quijano, 2000), em que os centros hegemónicos de conhecimento continuam a marginalizar epistemologias do Sul e a reproduzir lógicas de subalternização intelectual.

Nesta perspectiva, emerge a necessidade de uma análise crítica ao papel que os expatriados desempenham no ecossistema académico angolano — questionando até que ponto a sua actuação contribui para o fortalecimento das capacidades locais ou, inversamente, para a manutenção de formas subtis de dominação e dependência.

1.2 Justificativa do título e relevância do debate

O título “*Terrorismo Intelectual e Académico em Angola*” foi escolhido de forma propositadamente **provocadora**, a fim de despertar o leitor para a gravidade das práticas de imposição epistemológica que, embora menos visíveis, têm consequências profundas na autonomia científica e cultural dos países africanos. A metáfora do “**terrorismo**” aqui não se refere à violência física, mas sim a uma forma de coerção simbólica, por vezes institucionalizada, que silencia vozes locais, descredibiliza saberes tradicionais e impõe modelos exógenos de pensamento, investigação e ensino (Mignolo, 2009).

Este debate é particularmente pertinente para Angola, onde se assiste a um crescimento significativo de instituições de ensino superior, mas com forte dependência de linhas orientadoras vindas do exterior. Tal facto exige uma reflexão séria sobre os riscos de uma reconfiguração do campo académico que reproduza a lógica de recolonização do saber, em vez de promover uma verdadeira emancipação intelectual.

1.3 Objectivos

Este artigo tem como objectivo central analisar criticamente o impacto da presença e actuação de expatriados no ambiente académico e intelectual em Angola, à luz das tensões entre cooperação internacional e soberania epistemológica.

De forma específica, pretende-se:

- **Identificar** os principais domínios de influência dos expatriados nas instituições académicas angolanas;
- **Explorar** as implicações dessa presença na produção e validação do conhecimento local;
- **Reflectir** sobre alternativas para uma cooperação académica mais equitativa e mutuamente benéfica;
- **Contribuir** para o fortalecimento do pensamento crítico e da autonomia científica em Angola.

1.4 Metodologia e enquadramento teórico

Este estudo assume uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e crítica, recorrendo à análise documental, à revisão bibliográfica e à observação participativa como técnicas principais. Foram analisados relatórios institucionais, artigos académicos, dissertações e publicações de organismos internacionais sobre o sistema de ensino superior angolano, bem como literatura crítica sobre “*colonialidade do saber*” e epistemologias do Sul.

O enquadramento teórico assenta, principalmente, nos contributos de autores como Aníbal Quijano (2000), Boaventura de Sousa Santos (2007) e Walter Mignolo (2009), que discutem a persistência da “*colonialidade*” nas estruturas de conhecimento. Esta base permite compreender como o saber, enquanto instrumento de poder, é frequentemente monopolizado por actores externos em contextos pós-coloniais, reproduzindo desigualdades epistemológicas e invisibilizando as epistemologias locais.

II. TERRORISMO INTELECTUAL E ACADÉMICO

2.1 Origens e Definição

O termo “*terrorismo intelectual e académico*”, embora não consagrado formalmente na literatura científica tradicional, tem sido utilizado em círculos críticos e activistas para descrever formas subtis, mas sistemáticas, de dominação do pensamento e do saber. Neste caso, o termo *terrorismo* assume um carácter metafórico, remetendo para práticas que cerceiam a liberdade de pensamento, excluem perspectivas alternativas e impõem hegemonias epistémicas com carácter normativo e coercivo.

Ao invés de recorrer à violência física ou à repressão directa, este tipo de “*terrorismo*” manifesta-se por meio de critérios de validação científica que desvalorizam o conhecimento produzido localmente, pela imposição de metodologias consideradas “universais”, ou ainda pela marginalização de académicos que não se enquadram nos padrões impostos por centros de poder intelectual situados, maioritariamente, no Norte Global (Santos, 2014). Assim, configura-se um ambiente académico onde pensar fora da moldura dominante não apenas é desencorajado, mas também penalizado com o silêncio, o descrédito ou a exclusão institucional.

2.1.1 Terrorismo intelectual

O conceito de terrorismo intelectual pode ser compreendido como o uso sistemático de coerção, intimidação ou manipulação para controlar ou suprimir o pensamento crítico e a produção intelectual. Segundo Sartori (1994), o terrorismo intelectual é caracterizado pela imposição de uma ideologia dominante que não permite dissidências, utilizando-se de estratégias como a censura, a repressão e a perseguição daqueles que desafiam o *status quo*. Este tipo de terrorismo busca, essencialmente, restringir a liberdade de pensamento e de expressão, configurando um ambiente onde o conhecimento é distorcido para servir aos interesses daqueles que detêm o poder.

2.1.2 Terrorismo académico

O terrorismo académico, por sua vez, refere-se especificamente às práticas que visam controlar, intimidar ou silenciar a produção de conhecimento dentro do ambiente universitário e académico. De acordo com Altbach (2001), o terrorismo académico inclui acções como a perseguição de professores e pesquisadores, a manipulação de currículos, a imposição de ideologias no ensino e a restrição à liberdade de pesquisa. Estas práticas não apenas comprometem a qualidade da educação superior, mas também corroem a integridade académica, criando um ambiente onde o conhecimento é manipulado para fins políticos ou ideológicos.

2.2 Dominação simbólica e epistemológica

Pierre Bourdieu (1997) chamou a atenção para a natureza da *dominação simbólica* — um tipo de poder que se exerce com o consentimento dos dominados, justamente por estar disfarçado sob o véu da neutralidade ou da legitimidade institucional. No campo acadêmico, essa dominação traduz-se na maneira como certos saberes são apresentados como neutros, objectivos ou universais, enquanto outros são rotulados como “locais”, “informais” ou “alternativos”.

Essa hierarquização do saber está intimamente ligada à “*colonialidade do saber*”, conceito desenvolvido por Quijano (2000), que denuncia a persistência de uma lógica colonial nos modos como o conhecimento é produzido e validado. A academia em contextos pós-coloniais, como Angola, continua a operar sob modelos epistemológicos eurocêntricos, em que o que não se alinha com as normas do Ocidente tende a ser desconsiderado ou tratado com inferioridade.

Em termos práticos, isto significa que as agendas de investigação, os temas prioritários, os modelos de ensino e até a língua de publicação científica são frequentemente definidos por instituições ou indivíduos estrangeiros, em detrimento da realidade local. Este cenário promove uma dependência intelectual prolongada e um ambiente onde o académico angolano é, muitas vezes, transformado em mero “executor” de ideias alheias, perdendo protagonismo na definição das suas próprias prioridades científicas.

2.3 Linha ténue entre influência e imposição

É necessário reconhecer que nem toda a presença intelectual estrangeira constitui, por si só, uma forma de dominação. A cooperação internacional, quando baseada na equidade, pode ser uma força motriz para o reforço das capacidades locais. Contudo, há uma linha muito ténue entre *influência* e *imposição*, especialmente quando os expatriados detêm os recursos financeiros, o reconhecimento institucional e o poder de decisão sobre a validação do saber.

Quando essa influência se exerce de forma assimétrica — sem escuta activa, sem envolvimento real de parceiros locais na tomada de decisões e sem respeito pela diversidade epistémica — ela converte-se numa forma de imposição, ainda que subtil. Trata-se, portanto, de um desequilíbrio estrutural, sustentado por práticas normalizadas que dificultam o florescimento de uma produção científica angolana verdadeiramente autónoma e plural.

Como alerta Grosfoguel (2011), a persistência destas práticas impede a emergência de um pensamento “descolonial” e impede os povos do Sul de pensarem a partir de si mesmos, com base nos seus contextos históricos, culturais e filosóficos próprios. Reconhecer este problema é o primeiro passo para redefinir os termos da cooperação académica e para exigir maior equilíbrio na partilha do poder epistémico.

III. EXPATRIADOS NO AMBIENTE ACADÉMICO EM ANGOLA

3.1 Presença histórica e contemporânea

A influência dos expatriados no campo académico angolano tem raízes históricas profundas, ligadas inicialmente ao processo de colonização portuguesa e, posteriormente, à presença de “missões internacionais” após a independência. Durante o período colonial, o acesso dos angolanos à educação superior era extremamente limitado e o controlo do sistema educativo estava nas mãos de autoridades portuguesas. O conhecimento era, assim, transmitido de forma vertical e eurocentrada, sem espaço para epistemologias locais ou africanas (Castelo, 2005).

Após a independência em 1975, Angola procurou reconstruir o seu sistema educativo com apoio externo, sobretudo de países socialistas como Cuba, a União Soviética e, mais tarde, o Brasil e Portugal em contextos distintos. Professores, técnicos e investigadores estrangeiros foram integrados em universidades e institutos superiores, muitas vezes ocupando posições de liderança e orientando teses, definindo programas curriculares e gerindo projectos de investigação (Assunção, 2013).

No contexto **contemporâneo**, a presença de expatriados mantém-se, agora sob uma lógica de “cooperação académica”, ajuda ao desenvolvimento ou contratação directa por universidades privadas e públicas. Embora esta presença seja frequentemente justificada pela escassez de quadros nacionais qualificados, torna-se necessário questionar até que ponto ela contribui efectivamente para a formação de capacidades locais ou perpetua uma lógica de dependência intelectual.

3.2 Sectores e domínios de maior influência

Os expatriados têm exercido influência significativa em diversos sectores do sistema académico angolano, com destaque para:

- **Ciências Sociais e Humanas:** Domínio particularmente vulnerável à imposição de paradigmas teóricos estrangeiros, muitas vezes alheios à realidade cultural e política local. Teorias euro-americanas são frequentemente aplicadas sem adaptação crítica, enquanto referências africanas ou angolanas são secundarizadas (Mbembe, 2016).
- **Engenharia e Tecnologias:** A transferência de tecnologia e conhecimento técnico é muitas vezes liderada por consultores e académicos estrangeiros, que definem as metodologias de ensino e os critérios de qualidade sem **real** envolvimento dos docentes locais.
- **Saúde e Ciências Médicas:** Muitos cursos e programas são desenhados com apoio de universidades estrangeiras, que nem sempre consideram as especificidades epidemiológicas, culturais e logísticas do país. Ademais, a produção científica nesta área é frequentemente dominada por autores internacionais, com escassa visibilidade dos investigadores angolanos (Tchimboto, 2019).
- **Gestão universitária e política científica:** A presença de expatriados em cargos de consultoria junto aos ministérios, universidades e organismos reguladores

influencia directamente as estratégias nacionais de educação superior, currículos e critérios de avaliação institucional.

Esta influência é reforçada pelo facto de muitos dos recursos financeiros, bolsas de estudo e oportunidades de publicação científica estarem vinculados a instituições ou redes internacionais, que impõem os seus próprios critérios epistemológicos.

3.3 Casos práticos e percepções dos académicos locais

As percepções dos académicos angolanos sobre a presença expatriada são diversas, mas convergem em algumas preocupações fundamentais. Por um lado, reconhece-se o contributo técnico e a experiência internacional que muitos destes profissionais trazem. Por outro, há um sentimento de frustração quanto à falta de reconhecimento da capacidade nacional e à tendência de os expatriados assumirem protagonismo em detrimento dos investigadores locais.

Num estudo realizado por Figueiredo (2017), vários docentes universitários angolanos relataram sentir-se como “figurantes” em projectos académicos liderados por expatriados, nos quais o seu envolvimento se limita à execução e não à definição das linhas de investigação. Em muitos casos, os autores estrangeiros detêm a titularidade das publicações, mesmo quando o trabalho de campo e a análise local foram realizados por académicos nacionais.

Por outro lado, testemunhos de estudantes angolanos revelam que alguns professores expatriados adoptam posturas paternalistas, desvalorizando os saberes locais e impondo padrões culturais ocidentais como se fossem universais. Estes relatos apontam para um ambiente académico em que a igualdade epistemológica ainda está por alcançar e onde a presença de estrangeiros, embora útil, carece de uma abordagem mais ética e colaborativa.

IV. IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NACIONAL

4.1 Autonomia vs. dependência na produção do saber

A produção do saber é, antes de tudo, um acto político. A forma como uma nação constrói, valida e dissemina o seu conhecimento determina, em grande medida, a sua soberania cultural e científica. Em Angola, apesar dos progressos registados desde o fim da guerra civil, a produção científica nacional continua fortemente condicionada por estruturas externas de validação e financiamento.

Grande parte dos projectos de investigação implementados no país são financiados por entidades internacionais que, directa ou indirectamente, impõem temas, metodologias e paradigmas analíticos. Esta realidade tem gerado uma profunda *dependência epistemológica*, dificultando a afirmação de uma produção científica enraizada nos contextos e prioridades locais (Santos, 2014).

Além disso, o reduzido investimento público em investigação e desenvolvimento (I&D), associado à escassez de infraestruturas de investigação, obriga os académicos angolanos a dependerem de redes internacionais para aceder a oportunidades de investigação. Estas redes, embora úteis, tendem a reforçar a lógica de centro-periferia, em que o saber é

gerado nos centros (universidades do Norte Global) e aplicado na periferia (países do Sul Global) (Connell, 2007).

A consequência directa é uma produção científica fragmentada, sem articulação nacional consistente e muitas vezes desconectada das necessidades reais do país.

4.2 Formação académica e liderança intelectual

A presença prolongada de expatriados nas instituições académicas angolanas, associada à sua posição de prestígio e autoridade, tem impacto directo na formação de novas gerações de académicos. Estes profissionais são frequentemente encarados como modelos de excelência, o que pode resultar num processo de *internalização da inferioridade*, onde os saberes locais são vistos como secundários ou menos válidos (Ngũgĩ wa Thiong’o, 1986).

Este fenómeno, muitas vezes não declarado, gera obstáculos à construção de uma liderança intelectual verdadeiramente autónoma. Muitos jovens académicos, por falta de alternativas ou orientação crítica, reproduzem os referenciais teóricos e metodológicos estrangeiros sem questionamento, consolidando um ciclo de reprodução epistemológica dependente.

Por outro lado, a excessiva concentração de prestígio académico fora do país (por exemplo, em programas de doutoramento no exterior ou em colaborações lideradas por estrangeiros) contribui para o fenómeno da *fuga de cérebros*, retirando do país quadros intelectuais de elevada qualificação. Isto enfraquece ainda mais a capacidade interna de liderança científica e académica.

A formação intelectual emancipada exige, portanto, não apenas o domínio técnico e científico, mas também a capacidade de pensar a partir do contexto local, em diálogo crítico com o mundo — algo que o actual modelo ainda não favorece suficientemente (Mpfungu, 2021).

4.3 Silenciamento do pensamento local

Um dos efeitos mais graves da dependência epistemológica e da influência excessiva de paradigmas estrangeiros é o silenciamento do pensamento local. Este silenciamento ocorre de múltiplas formas:

- pela exclusão dos saberes tradicionais e das línguas africanas do espaço académico;
- pela marginalização dos autores locais nas bibliografias e publicações científicas;
- e pela ausência de mecanismos efectivos para apoiar a investigação baseada em epistemologias africanas.

Este fenómeno não é apenas resultado de uma imposição externa, mas também de uma *auto-censura epistémica* — ou seja, de uma tendência a minimizar ou omitir o valor do pensamento próprio por considerá-lo “menos científico” ou “menos relevante”. Como observa Achille Mbembe (2015), a dominação epistémica não depende apenas da presença do colonizador, mas da persistência de uma lógica colonial enraizada nas estruturas mentais e institucionais das elites locais.

O resultado é um ambiente académico que pouco estimula a criatividade intelectual, a inovação teórica ou a produção de pensamento crítico transformador. Em vez de uma ciência comprometida com os desafios locais, forma-se uma **academia mimética**, voltada para a obtenção de reconhecimento externo e desligada das dinâmicas sociais, económicas e culturais angolanas.

V. RESISTÊNCIA E REVALORIZAÇÃO DO SABER LOCAL

5.1 Iniciativas e movimentos académicos angolanos

Apesar dos constrangimentos impostos por décadas de guerra, subfinanciamento crónico e dominação epistemológica, o meio académico angolano tem dado sinais de resistência e afirmação progressiva. Nos últimos anos, têm emergido iniciativas individuais e colectivas de professores, investigadores e estudantes que procuram desafiar o pensamento hegemónico, resgatar epistemologias locais e recuperar o protagonismo na definição das agendas científicas.

Exemplo disso é o crescimento de *revistas científicas nacionais*, como a *Revista Angolana de Sociologia* ou a *Revista Científica da Universidade Agostinho Neto*, que têm proporcionado um espaço para a divulgação do conhecimento produzido localmente, muitas vezes em articulação com problemáticas sociais angolanas. Ainda que enfrentem limitações de visibilidade internacional e de financiamento, estas publicações representam um passo importante na consolidação de uma identidade científica própria.

Movimentos como os *Encontros de Jovens Investigadores de Angola (EJIA)*, realizados de forma descentralizada, têm igualmente criado espaços para o debate horizontal entre académicos em formação, permitindo a circulação de ideias com menor controlo hierárquico e maior liberdade de experimentação teórica (Pereira, 2020).

Estes movimentos indicam que há, no seio da comunidade académica, uma consciência crescente da necessidade de romper com a lógica da subalternização intelectual e de revalorizar as tradições, saberes e práticas africanas no processo de construção do conhecimento.

5.2 Universidades e centros de investigação

As universidades e centros de investigação desempenham um papel crucial na promoção da soberania intelectual e na valorização do saber local. No entanto, para que tal se concretize, estas instituições devem ir além do papel passivo de reprodução de conhecimento importado, assumindo-se como protagonistas activos na produção de epistemologias contextualizadas, críticas e inovadoras.

Em Angola, algumas universidades têm demonstrado abertura para essa transformação, com destaque para a *Universidade Katavala Bwila* e a *Universidade Mandume ya Ndemufayo*, que têm incentivado linhas de investigação sobre cultura local, línguas nacionais, história regional e desenvolvimento comunitário (Ferreira, 2018).

Por outro lado, a criação de *centros de estudos africanos e interdisciplinares*, mesmo que ainda incipientes, tem permitido a articulação entre investigadores de diferentes áreas

interessados em pensar Angola a partir de Angola. Estas iniciativas são fundamentais para romper com o modelo importado de ciência, substituindo-o por uma abordagem mais dialogante e enraizada nos contextos locais.

Não obstante, este esforço exige um reforço significativo do financiamento público à investigação, políticas institucionais claras de valorização da produção nacional e o incentivo à publicação em línguas africanas e em português, contrariando a tendência de exclusividade das publicações em inglês para reconhecimento internacional (Makoni & Meinhof, 2004).

5.3 Cooperação internacional baseada na equidade

A crítica à presença expatriada no meio académico angolano não implica rejeição da cooperação internacional, mas sim a necessidade urgente de reconfigurar os seus termos. A cooperação deve ser baseada na *equidade epistemológica*, isto é, no reconhecimento do valor dos saberes locais e no respeito pela autonomia dos parceiros do Sul Global.

Uma cooperação justa deve envolver:

- **Parcerias horizontais**, onde o académico angolano participe desde o desenho até à implementação e publicação dos projectos;
- **Transferência de capacidades**, e não apenas de conhecimento, permitindo a formação de quadros nacionais com autonomia crítica e técnica;
- **Co-publicação e co-autoria equitativa**, que valorize o trabalho de campo e os saberes contextuais;
- **Respeito pelas prioridades nacionais**, evitando projectos impostos que sirvam apenas aos interesses de instituições externas.

Modelos alternativos de cooperação têm sido defendidos por autores como Santos (2016), que propõe uma “**ecologia de saberes**” como paradigma para o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, sem hierarquizações nem imposições. Esta abordagem desafia a lógica colonial da ciência e propõe uma colaboração baseada na dignidade epistémica de todos os povos.

VI. DISCUSSÃO CRÍTICA: *EXPATRIADOS COMO AMEAÇA OU OPORTUNIDADE?*

6.1 Ambivalência da influência externa

A presença de expatriados no espaço académico angolano não pode ser reduzida a uma narrativa exclusivamente negativa. Trata-se de um fenómeno ambivalente, cujos impactos variam consoante os contextos, as intenções e os modelos de cooperação adoptados. Por um lado, muitos destes profissionais trazem consigo experiências úteis, contactos institucionais, metodologias consolidadas e acesso a redes internacionais de investigação. Em países com défices históricos de capital humano qualificado, como é o caso de Angola, esta presença pode representar uma oportunidade para acelerar o processo de consolidação institucional e científica (Teferra & Altbach, 2004).

Por outro lado, quando essa influência se exerce de forma assimétrica, paternalista ou exclusivista, o seu efeito é perverso: reforça-se a dependência estrutural, desvaloriza-se o saber local e bloqueia-se a construção de epistemologias alternativas. A própria concepção de “ajuda” ou “cooperação” internacional tem sido alvo de críticas por parte de autores africanos e latino-americanos, que a vêem como um prolongamento da lógica colonial sob nova roupagem (Ndlovu-Gatsheni, 2013).

É nesta ambivalência que se inscreve a complexidade do tema: a presença expatriada pode ser simultaneamente útil e opressora, libertadora e limitante, dependendo das condições estruturais e da forma como as relações são estabelecidas.

6.2 Desafios éticos e institucionais

A actuação de expatriados em sistemas académicos do Sul levanta diversos desafios éticos e institucionais. Entre os mais relevantes, destacam-se:

- **Assimetria de poder:** Os expatriados, muitas vezes, ocupam posições de decisão sem um entendimento profundo do contexto cultural, social ou político do país, o que pode conduzir a decisões descontextualizadas e contraproducentes.
- **Legitimação da desigualdade:** Quando universidades ou ministérios recorrem sistematicamente a consultores ou professores estrangeiros em detrimento de quadros nacionais igualmente competentes, reforça-se simbolicamente a ideia de que o conhecimento externo é superior, perpetuando a auto-desvalorização interna (Zezeza, 2006).
- **Desresponsabilização institucional:** A dependência da expertise externa pode desincentivar os investimentos na formação de quadros nacionais e no fortalecimento de instituições de ensino superior, criando um ciclo de imobilismo e estagnação.
- **Apropriação do conhecimento:** Em alguns casos, investigadores estrangeiros apropriam-se de dados recolhidos localmente, sem garantir co-autoria ou reconhecimento dos académicos angolanos envolvidos, violando princípios éticos fundamentais da investigação científica (Mkabela, 2005).

Estes desafios não resultam necessariamente da má-fé individual, mas sim de um sistema estruturado em desigualdades históricas e epistemológicas, cuja superação exige uma revisão crítica dos próprios fundamentos da cooperação científica.

6.3 Caminhos para uma colaboração justa

Reconhecer os desafios e limitações não implica recusar a cooperação internacional, mas sim propor caminhos alternativos, mais justos, horizontais e sustentáveis. Uma colaboração académica equitativa deve assentar em cinco pilares fundamentais:

1. **Co-responsabilidade intelectual:** O académico local deve ser parte activa em todas as etapas do projecto — desde o desenho da proposta até à publicação final — com igual direito à definição das perguntas de investigação, dos métodos e da análise dos dados.

2. **Valorização do conhecimento local:** Os saberes tradicionais, a oralidade, as línguas nacionais e os contextos históricos devem ser integrados como fontes legítimas de produção de conhecimento, e não como meros objectos de estudo.
3. **Equidade na autoria e visibilidade científica:** Publicações resultantes de projectos conjuntos devem reflectir a diversidade de contributos, evitando a invisibilização dos investigadores locais, sobretudo quando estes assumem funções cruciais no trabalho de campo.
4. **Transferência de capacidades e tecnologias:** Os projectos devem incluir mecanismos de formação técnica, acesso a ferramentas e reforço das infraestruturas nacionais de investigação, promovendo uma cooperação transformadora e duradoura.
5. **Compromisso ético e “decolonial”:** O diálogo entre académicos deve ocorrer com base no respeito mútuo e na escuta activa, reconhecendo os efeitos históricos da colonização e trabalhando activamente para a superação das suas sequelas epistémicas.

Como propõe Santos (2016), “não se trata de substituir uma ciência por outra, mas de reconhecer a existência de múltiplas ciências, de múltiplos modos de conhecer o mundo”, e de construir pontes entre elas em condições de dignidade e justiça cognitiva.

VII. CONCLUSÃO

7.1 Síntese dos principais assuntos abordados

O presente artigo procurou analisar criticamente o fenómeno do “terrorismo intelectual e académico” em Angola, com especial enfoque sobre a influência dos expatriados nas instituições de ensino superior e investigação científica. Partimos da compreensão do conceito enquanto uma forma subtil, mas persistente, de dominação epistemológica, na qual certos saberes são promovidos em detrimento de outros, nomeadamente os locais.

Demonstrou-se que a presença de expatriados tem sido historicamente ambivalente: embora contribua para o reforço técnico e institucional do sistema académico nacional, também tende a reproduzir lógicas de dependência e exclusão. As consequências incluem a subalternização do pensamento local, a limitação da autonomia científica e a perpetuação de hierarquias simbólicas entre centros e periferias do saber (Ndlovu-Gatsheni, 2013; Zeleza, 2006).

Adicionalmente, apresentaram-se estratégias concretas de resistência e revalorização do conhecimento angolano, nomeadamente através do fortalecimento das universidades locais, da promoção de iniciativas lideradas por académicos nacionais e da adopção de modelos de cooperação internacional mais equitativos e críticos (Santos, 2016; Teferra & Altbach, 2004).

7.2 Recomendações para o ambiente académico angolano

Tendo em conta os desafios identificados, propõem-se as seguintes recomendações com vista à construção de um ambiente académico mais autónomo, plural e resiliente em Angola:

1. **Revisão das políticas de cooperação académica**

Deve-se privilegiar parcerias horizontais que promovam o intercâmbio e não a substituição de capacidades locais. Projectos com financiamento internacional devem incluir cláusulas de co-autoria, formação e transferência de competências.

2. **Valorização do pensamento africano e angolano**

Os currícula devem incluir autores africanos, bem como debates epistemológicos sobre a descolonização do saber. O ensino e a investigação devem valorizar as realidades, línguas e epistemologias locais.

3. **Regulação da actuação de expatriados no sistema académico**

É necessário estabelecer critérios claros e éticos para o envolvimento de profissionais estrangeiros (expatriados), garantindo o respeito pela soberania científica e cultural angolana, e prevenindo práticas de exclusão ou apropriação indevida.

4. **Criação de redes de solidariedade entre académicos africanos**

Incentivar colaborações Sul–Sul pode reduzir a dependência dos centros tradicionais de saber do Norte global e permitir abordagens mais sensíveis aos contextos africanos (Mkabela, 2005).

5. **Promoção da literacia científica e cidadania crítica**

O fortalecimento do pensamento crítico e da capacidade de questionamento deve ser transversal ao ensino superior, promovendo uma cultura de autonomia intelectual.

7.3 Considerações finais

A **inovação** depende da capacidade de questionar o conhecimento estabelecido, explorar novas ideias e desenvolver soluções criativas para os problemas existentes. No entanto, em um ambiente onde o pensamento crítico é reprimido e a investigação científica é “controlada”, essas capacidades são severamente limitadas. Como observam Chabal e Daloz (1999), em contextos onde o conhecimento é manipulado e a liberdade académica é suprimida, a inovação tende a estagnar, e o progresso científico é prejudicado.

O resultado é um país que luta para acompanhar o ritmo da inovação global e que depende fortemente de conhecimento importado, em vez de desenvolver suas próprias soluções tecnológicas e científicas. Isso coloca Angola em uma posição de desvantagem competitiva no cenário internacional e limita sua capacidade de alcançar um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Além do mais, a falta de progresso científico e inovação tem consequências directas para sectores essenciais, como saúde, educação e infraestruturas, que dependem de avanços tecnológicos para melhorar a qualidade de vida da população.

Desta forma, a superação do “terrorismo intelectual e académico” exige mais do que a denúncia. Implica o exercício contínuo da crítica, a construção activa de alternativas e o compromisso com a justiça cognitiva. O problema não reside exclusivamente nos expatriados, mas sim na estrutura desigual do sistema académico internacional, que naturaliza a centralidade euro-americana e invisibiliza os saberes do Sul.

Angola, enquanto nação em construção, precisa de valorizar os seus próprios intelectuais, os seus contextos de produção de conhecimento e as suas tradições epistémicas. Isto não significa fechar-se ao mundo, mas dialogar com ele em pé de igualdade. Como refere Santos (2016), “não há justiça social sem justiça cognitiva”, e esta começa pela coragem de pensar com a própria cabeça.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentam-se as referências bibliográficas adaptadas do formato da norma ABNT (*Associação Brasileira de Normas Técnicas*) para as obras e documentos mencionados e consultados:

1. Nicolau, A.L. (2024). “Luxo na Miséria: *Desaproveitamento dos Quadros Seniores Angolanos*”. (Ensaio n° 004/2024). 17 Dezembro.
2. Nicolau, A.L. (2024). “Expatriados Vs. Quadros Nacionais: *Uma Análise do Desequilíbrio no Mercado de Trabalho Angolano*” (Ensaio 001/2024). 29 Setembro.
3. Nicolau, A.L. (2024). “Terrorismo Material e Espiritual nas Famílias” (*Artigo n° 005/2024*). Fevereiro 2024. Disponível em:
4. https://fanicol.ao/arquiv/NICOLAU.Terrorismo%20Material%20e%20Espiritual%20nas%20Fam%C3%ADlias_vFINAL.Fev.2024.pdf
5. Nicolau, A.L. (2023). “Não me Preocupa o que Há, Mas o que Há-de Ficar”. Disponível em:
<https://fanicol.ao/arquiv/NICOLAU.N%C3%A3o%20me%20Preocupa%20o%20que%20H%C3%A1,%20Mas%20o%20que%20H%C3%A1-de%20Ficar.vFinal.Dez.2023.pdf>.
6. Cardoso, A. (2020). *O Mercado de Trabalho em Angola: Desafios e Oportunidades*. Luanda: Edições Nacional.
7. Hodges, T. (2004). *Angola: Anatomia de um Estado Petrolífero*. Bloomington: Indiana University Press.
8. Le Billon, P. (2001). *A Economia Política das Guerras de Recursos*. Londres: Frank Cass.
9. Lopes, M. (2018). Expatriados e Quadros Nacionais: O Desafio da Igualdade no Mercado de Trabalho Angolano. *Revista Angolana de Economia*, 12(3), 55-72.
10. República de Angola. (2013). *Plano Nacional de Formação de Quadros*. Luanda: Ministério da Educação. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/639394056/PNFQ-2013-2020-VFINAL>. Acesso em: 24 de Setembro de 2024.
11. República de Angola. (2015). *Lei Geral do Trabalho*. Luanda: Imprensa Nacional.
12. República de Angola. (2023). *Agenda Nacional para o Emprego*. Decreto Presidencial n° 226/23, de 5 de Dezembro. DR n° 230. I Série. Luanda: Imprensa Nacional.
13. República de Angola. (2023). *Lei Geral do Trabalho*. Lei n° 12/23, de 27 de Dezembro. DR n° 245. I Série. Luanda: Imprensa Nacional. Ver (também): Rectificação n° 2/24 de 01 de Março. DR n° 42. I Série.
14. República de Angola. (s/d). *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2023-2027)*. Disponível em:
[https://mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030\(3\)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf](https://mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030(3)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf). Acesso em: 24 de Setembro de 2024.
15. República de Angola. (s/d). *Angola: Agenda Nacional 2050*. Disponível em:
<https://mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/angola2050-completa.pdf>. Acesso em: 24 de Setembro de 2024.
16. Altbach, P. G. (2001). *Liberdade Académica: Realidades e Desafios Internacionais*. Kluwer Academic Publishers.
17. Chabal, P., & Daloz, J.-P. (1999). *África Funciona: Desordem como Instrumento Político*. James Currey Publishers.
18. Côté, J., & Farrugia, R. (2011). *O Papel da Universidade na Era da Globalização: O Papel da Solidariedade*. Routledge.
19. Dussel, E. (2006). *Para uma Ética da Libertação: Políticas e Filosofia*. Vozes.

20. Fragoso, J. (2014). "A Educação em Angola Pós-Guerra: Desafios e Perspetivas". *Revista Lusófona de Educação*, 26, 73-88.
21. Gaventa, J. (2006). Encontrar os Espaços para a Mudança: Uma Análise de Poder. *IDS Bulletin*, 37(6), 23-33.
22. Hodges, T. (2004). *Angola: Anatomia de um Estado Petrolífero*. Indiana University Press.
23. Marques de Morais, R. (2011). *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*. Tinta-da-china Edições.
24. Mbaku, J. M. (2018). *Governança e Democracia em África: Perspetivas Regionais e Continentais*. Springer.
25. Sartori, G. (1994). *Homo videns: Televisão e pós-pensamento*. São Paulo: Editora Ática.
26. Africa Report. (2015, 29 de Janeiro). *Angola's economy set to slow as oil prices collapse* (A economia angolana prestes a abrandar com o colapso dos preços do petróleo). *The Africa Report*. Disponível em: <https://www.theafricareport.com>
27. African Union, & International Monetary Fund (IMF). (2015). *Angola: Selected issues* (Angola: Questões selecionadas). *IMF Staff Country Reports*, 2015(302). Disponível em: <https://doi.org/10.5089/9781513566025.002>
28. Africanews. (2016, 22 de Abril). *Angola ranks low in press freedom index* (Angola ocupa posição baixa no índice de liberdade de imprensa). *Africanews*. Disponível em: <https://www.africanews.com>
29. Arowosegbe, J. O. (2008). *African scholars, African studies and knowledge production on Africa* (Acadêmicos africanos, estudos africanos e produção de conhecimento sobre África). *The African Sociological Review*, 12(1), 1–19.
30. Bourdieu, P. (1990). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Lisboa: Difel.
31. Fanon, F. (2004). *Os condenados da terra* (3.^a ed.). Lisboa: Antígona. (Obra original publicada em 1961)
32. Freire, P. (1996). *Pedagogia do oprimido* (17.^a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
33. Mignolo, W. D. (2009). *Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom* (Desobediência epistémica, pensamento independente e liberdade decolonial). *Theory, Culture & Society*, 26(7–8), 159–181. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276409349275>
34. Mkabela, Q. (2005). *Using the Afrocentric method in researching indigenous African culture* (Uso do método afrocentrado na investigação da cultura africana indígena). *The Qualitative Report*, 10(1), 178–189.
35. Ndlovu-Gatssheni, S. J. (2013). *Coloniality of power in postcolonial Africa: Myths of decolonization* (Colonialidade do poder na África pós-colonial: Mitos da descolonização). Dakar: CODESRIA.
36. Ndlovu-Gatssheni, S. J. (2021). *The cognitive empire: Struggles for epistemic freedom* (O império cognitivo: Lutas pela liberdade epistémica). Cidade do Cabo: CODESRIA/ZED Books.
37. Ngũgĩ wa Thiong'o. (2009). *Descolonizar a mente: A política da linguagem na literatura africana* (M. T. Andrade, Trad.). Lisboa: Cotovia.
38. Santos, B. de S. (2016). *A difícil democracia: Reinventar as esquerdas*. Coimbra: Almedina.
39. Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (Orgs.). (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
40. Teferra, D., & Altbach, P. G. (2004). *African higher education: Challenges for the 21st century* (Ensino superior africano: Desafios para o século XXI). *Higher Education*, 47(1), 21–50. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:HIGH.0000009822.49980.30>
41. Zeleza, P. T. (2006). *The academic diaspora and knowledge production in and on Africa: What role for CODESRIA?* (A diáspora académica e a produção de conhecimento em e sobre África: Que papel para o CODESRIA?). *CODESRIA Bulletin*, 3–4, 17–25.

IX. SHORT CV DO AUTOR

“Short Curriculum Vitae do Autor”

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS:

Mestre em Desenvolvimento Social e Económico, *com especialização em Políticas Económicas e Desenvolvimento Empresarial* (Estudos africanos, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2001); **Licenciado** em Economia, *com especialização em Contabilidade e Finanças* (Universidade Agostinho Neto, Luanda, 1990); **Diplomado** em Gestão de Empreendimentos (Universidade Lusófona, Lisboa, 2007); **Estudos Avançados** sobre Evolução Histórico-Social do Brasil (*Embaixada do Brasil em Lisboa, 1998*); **Perito Contabilista** – Cédula nº 20120105 da OCPCA (de 19/06/2012); **Contabilista**, inscrito em 1979 no Minfin sob nº **00264**; Curso de Actualização p/ Peritos Contabilistas (*Luanda, 2012*); Curso Geral de Administração e Comércio (*Luanda, 1976*); Curso de Gestão de Projectos (Academia BCG, 2013); Curso sobre Gestão (*Londres, 2005*); Curso sobre a “Evolução Histórico-Social do Brasil” (*Lisboa, 1998*); Curso sobre Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento (*Lisboa, 1996*); Curso de Planificação (*Berlim, ex-RDA, 1980*); Curso de Agregação Pedagógica do Ensino Superior; Curso de Formação de Formadores; Consultor nas áreas de Contabilidade, Finanças e Gestão de Empreendimentos; Formador e Professor Universitário (cerca de duas décadas, nas áreas de contabilidade e ciências afins). **Línguas:** conhecimento razoável de Francês e **Kimbundu**; noções de Inglês, Espanhol, **Kikongo** e **Umbundu**.

TRABALHOS ACADÉMICOS, ARTIGOS E ENSAIOS:

“A Emergência dos Pequenos e Médios Empresários Angolanos no Contexto Urbano de Luanda, 1975-1991” (Tese de Mestrado, Lisboa, 2001); Sebenta de “*Contabilidade Financeira Avançada*” (2009); Brochura sobre a “*Problemática dos Contratos de Construção - Ensaio*” (2007); Brochura sobre a “*Sistematização do Processo de Prestação de Contas das Sociedades Comerciais e Empresas Públicas em Angola - Ensaio*” (2007); Apontamentos de “*Noções Gerais de Contabilidade*” (2006); Apontamentos de “*Contabilidade Geral*” (2006); “A Contabilidade Verde e suas Relações com outras Contabilidades” (Ensaio 003/2024). Outubro 2024; “A Contabilidade como Pilar do Desenvolvimento de Angola” (Ensaio 002/2024). Outubro 2024; “Expatriados Vs. Quadros Nacionais: *Uma Análise do Desequilíbrio no Mercado de Trabalho Angolano*” (Ensaio 001/2024). Setembro 2024; “Programa MVI - Marcha Verde para o Interior” (*Artigo nº 011/2024*). Junho 2024; “Contribuição ao Renascimento da *Província de Ambaca* no Contexto Hodierno de Angola” (*Artigo nº 008/2024*). Março 2024; “Reflexões sobre a Natureza Humana e a Moralidade – Dinheiro como Sepulcros (*Kitadi Jimbila*)” (*Artigo nº 006/2024*). Fevereiro 2024; OCPCA (1990-2023) - *Contribuição às Memórias da OCPCA*. Ensaio/Draft, Novembro 2024; INAPEM (1990-2018) - *Contribuição à Memória das MPME em Angola*. Ensaio/Draft, Outubro 2024; “Não me Preocupa o que Há, Mas o que Há-de Ficar”. (2023). Dezembro 2023; “Inversão de Valores (*serolav ed oásrevni*) e o (re)Posicionamento da(s) Família(s) num Contexto em Mudança(s)”. (2023). Actualizado e Melhorado. Setembro 2023. Ver mais no [site fanicol.ao](http://site.fanicol.ao)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- (2004-2024) – Professor Auxiliar da UPRA - *Universidade Privada de Angola*, lecionando matérias relacionadas com a contabilidade e afins.
- (2021-...) – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SENACC – *Cooperativa dos Profissionais da Conformidade*, R.L.
- (2021-2024) – Responsável do Gabinete de Formação e da Academia da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA).
- (2019-2020) – Assessor Principal junto do Gabinete de Gestão de Contratos do Ministério da Construção e Obras Públicas.
- (2017-...) – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da COOPETIC – *Cooperativa de Empreendedores de Tecnologias de Informação e Comunicação*, R.L.
- (2017-2024) – Vogal suplente do Conselho Directivo da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA).
- (2012-18) – Administrador do INAPEM- *Instituto Nacional de Apoio às MPME`s* (p/ o Pelouro de Formação e Capacitação Empresarial).
- (2004-16) – Administrador da Manuténica - *Empresa Nacional de Manutenção Técnica* -EP (p/ área de Administração e Finanças).
- (2016-18) – Assessor Principal, promovido junto do Ministério da Construção.
- (2003-15) – 1º Assessor e Chefe de Departamento junto do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, dos Ministérios das Obras Públicas e do Urbanismo e Construção, tendo como

- uma das atribuições a análise e parecer sobre a Prestação de Contas das Empresas Públicas tuteladas.
- (2002-2003) – Assessor e Chefe de Departamento junto do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo.
 - (2000-2003) – Secretário-Geral da Casa de Angola (Lisboa).
 - (2000-2003) – Director do Pelouro de Formação da Casa de Angola (Lisboa).
 - (1999-2001) – Professor de Língua Portuguesa do Ensino Secundário (Lisboa).
 - (1999-2001) – Secretário-Geral do SICAA–*Secretariado Interactivo e de Coordenação das Associações Angolanas* (Lisboa).
 - (1996-2001) – Representante em Portugal da AJEA – Associação dos Jovens Empresários Angolanos.
 - (1997-2001) – Secretário-Geral do Centercoop – Centro de Estudos e Cooperação para o Desenvolvimento (Lisboa).
 - (1996) – Colaborador da FHS (Fundação Habitação e Sociedade), nos Projectos de Desenvolvimento Integrado (Lisboa).
 - (1995-96) – Colaborador da UNI - Universidade Independente (Lisboa).
 - (1994-01) – Profissional liberal e frequência do mestrado em Desenvolvimento Social e Económico (Estudos Africanos), na especialidade de Políticas Económicas e Desenvolvimento Empresarial (ISCTE, Lisboa).
 - (1993-94) – Técnico Superior, junto do Departamento de Administração e Gestão do Orçamento e do Gabinete do Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo.
 - (1992-93) – Assistente Económico, junto do Gabinete de Relações Internacionais e do Gabinete do Secretário de Estado dos Materiais de Construção.
 - (1991-92) – Director Geral da **ENDIMAC**-uee (*Empresa Nacional Distribuidora de Materiais de Construção*) - única central, a nível Nacional, responsável pela distribuição de toda a gama de materiais de construção.
 - (1982-91) – Director Geral-Adjunto para a área de Administração e Finanças das seguintes empresas: **INSTAL**-uee (*Empresa Nacional de Instalações Especiais*); **ENAMEC**-uee (“base” do actual INEA-*Instituto de Estradas de Angola*); **ENDIMAC**-uee (*Empresa Nacional Distribuidora de Materiais de Construção*).
 - (1977-81) – Contabilista e Responsável pela Administração e Finanças da INSTAL- uee; tendo em **Julho** de **1977** chefiado a primeira delegação à Portugal para contratação de técnicos em montagem e assistência técnica de elevadores em Angola (*Passaporte Mirex n.º 01781/77, de 2 de Julho*).
 - (1976-77) – Escriturário de Contabilidade da Comportel de Angola, Lda (Empresa privada de montagem e assistência técnica de elevadores).
 - (1975-76) – Professor de Matemática do Ciclo Preparatório (Nharêa, Bié, Angola).

OUTRAS ACTIVIDADES:

Promotor e co-fundador da **COOPETIC** – Cooperativa de Empreendedores de Tecnologias de Informação e Comunicação (2017-...); Membro da **CTSE** (*Comissão Técnica do Sector Empresarial*) e do **Conselho Geral do CNNCA** (*Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola*), (2023 - ...); Membro da **Comissão Curricular Nacional de Administração, Negócio e Direito**, inserida nas Comissões Nacionais para Harmonização Curricular de Graduação do Subsistema de Ensino Superior (*n.º 6.º, Despacho n.º 3051/19, MESCTI, de 16 de Julho*); Interlocutor (Ponto Focal) da OCPCA, junto das representações do BM - Banco Mundial e BAD-Banco Africano de Desenvolvimento (*Despacho n.º 20/PCDIR/2018*); Integrante do Grupo de Trabalho para a criação da Academia OCPCA (*Despacho n.º 18/PCDIR/2018*); Coordenador (*institucional*) e Ponto Focal do Grupo Técnico que elaborou o “*Documento de Orientação Estratégica p/a Criação e Instalação da Academia do Empreendedor e do Empresário Angolano*” - patrocinado pelo PNUD e co-financiado pela Cooperação Espanhola (*Luanda, 2013*); Coordenador (*institucional*) do Projecto para “*Minorias Étnicas e Culturais*”, junto da Casa de Angola de Lisboa - financiado pelo Fundo Social Europeu, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (*Lisboa, 2001-2002*); Secretário-Geral e Director do Pelouro de Formação da Casa de Angola (*Lisboa, 2000-2003*); Membro do Conselho Municipal da Juventude de Lisboa (*Lisboa, 1998-2001*); Membro Fundador do SICAA – *Secretariado Interactivo e de Coordenação das Associações Angolanas* (*Lisboa, 1999*); Promotor e Membro Fundador do CENTERCOOP – *Centro de Estudos e Cooperação para o Desenvolvimento* (*Lisboa, 1997*); Membro co-Fundador da AJEA – *Associação dos Jovens Empresários Angolanos* (*Luanda, 1992*); Promotor e co-Fundador da TOYPAN – *Prestação de Serviços e Comércio Geral, Lda* (*Luanda, 1992*); Colaborador em diversas acções de formação e actividades associativas; Participante em vários seminários, *workshops*, palestras, conferências e congressos, a nível nacional e internacional.-